



----- ACTA NÚMERO TRÊS/DOIS MIL E DEZ -----

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO-----

----- MARCO DE CANAVESES DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010 -----

-----Aos onze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, presidida pelo Senhor Dr. Manuel Maria Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses e com a presença dos Senhores Vereadores: Eng.º José António Carvalho Soares da Mota, Dra. Gorete Manuela Bouça da Costa Monteiro Oliveira, Dra. Carla Manuela de Abreu Massa Babo Ribeiro, Avelino Ferreira Torres, Dra. Natália Conceição Ribeiro e Dr. Artur Elísio de Braga de Melo e Castro, comigo Fernanda Eugénia Pereira Neves da Fonseca Araújo, como secretária da presente reunião e Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Quando eram quinze horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente informou os presentes sobre algumas iniciativas ocorridas nos últimos dias, nas quais a Câmara Municipal participou ou apoiou, nomeadamente sobre a exposição sobre Instrumentos Musicais Chineses, feita em colaboração com a Embaixada da China em Portugal, patente no Museu Municipal Carmen Miranda. -----

----- Deu também conhecimento da deslocação da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Dr.ª Idália Moniz, ao Concelho do Marco de Canaveses para reunir com os Provedores do Cidadão com Deficiência de



Portugal, para os auscultar sobre a elaboração do novo Plano Estratégico para a Reabilitação. -----

----- O Senhor Presidente informou ainda que, em função do pedido de informação solicitado pelo Senhor Vereador Ferreira Torres, a propósito de uma abertura de um caminho em Sobreira, na freguesia de Sande, tomou a iniciativa de se deslocar ao local, acompanhado do Director do Departamento de Obras da Câmara Municipal, do Presidente da Junta de Freguesia de Sande e de um dos proprietários dos terrenos onde foi feita a intervenção. No seguimento desta visita, a Junta de Freguesia de Sande fez chegar uma informação à Câmara Municipal na qual informa que a abertura da ligação da Rua de São Geraís à Rua da Sobreira, teve por objectivo rasgar o que faltava, aberta ao tempo em que presidia à Junta de Freguesia o Senhor Modesto, e que a mesma para além de ligar à Estrada Nacional presta um serviço de protecção à floresta pela possibilidade que abre nas acessibilidades, funcionando como corta-fogo de acesso dos Bombeiros ao local. Solicita entretanto a Junta de Freguesia de Sande que a Câmara Municipal disponibilize de novo a máquina para completar o respectivo trabalho, uma vez que o referido caminho está em mau estado em consequência do rigor do Inverno. Informou o Senhor Presidente ainda que a máquina, anteriormente, acabou por não concluir o serviço, uma vez que teve que ser retirada para outros locais de intervenção. -----

----- O Senhor Presidente informou que pode constatar no local o mau estado em que se encontra o referido caminho e que o mesmo só permite a circulação de jipe. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 3
REALIZADA EM 11/02/2010**

0 4 0
FIS

----- Mais informou o Senhor Presidente que, de acordo com a Junta de Freguesia a abertura do acesso não serviu qualquer tipo de ilegalidade ou tentativa camuflada de fazer um loteamento, e que a aprovação do mesmo foi votada por unanimidade por todos os membros da Assembleia de Freguesia. O Senhor Presidente informou ainda que a Junta de Freguesia aguarda a chegada do cidadão Orlando Pinto que se encontra ausente do país, e cuja chegada está prevista para Março, altura em que será contactado com o objectivo de resolução de umas vedações existentes no local. -----

----- O Senhor Presidente informou ainda sobre um processo que o Senhor Vereador Ferreira Torres afirma que terá desaparecido, neste caso o processo 104/2006, que está na Câmara Municipal, e que é falso o desaparecimento do mesmo e que mereceu uma informação dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal sobre um pedido de informação prévia de um posto de combustível a instalar no lado nascente da variante à 211 Avenida dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses, a que foi atribuído o número 4/2005. -----

----- Informou o Senhor Presidente que os Serviços Técnicos emitiram um parecer favorável à construção do mesmo, e que em 2005 foi o Presidente da Câmara à época, no caso o Senhor Ferreira Torres, a emitir o despacho favorável à construção do posto de combustíveis. Face à existência do despacho favorável mencionado anteriormente, a Câmara Municipal não pode deixar de emitir o respectivo licenciamento. -----



----- O Senhor Presidente afirmou que o ideal seria a não existência de uma estação de abastecimento de combustíveis naquele local, pois continua a acreditar e a desejar a criação de um futuro Parque Urbano da Cidade, a partir do denominado Parque Radical até ao Rio Tâmega. -----

----- O Senhor Vereador Dr. Artur Melo pediu a palavra para lamentar a construção das Bombas de Gasolina em cima de uma linha de água. -----

----- O senhor Vereador Ferreira Torres afirmou que a Câmara não pode licenciar. -----

----- O Senhor Presidente informou que lamentava a afirmação do senhor Vereador Ferreira Torres agora, quando à época autorizou o licenciamento.

----- O Senhor Presidente informou ainda sobre a visita ao Jardim-de-infância de Vila Nova, Tuíás, que apresenta alguns sinais de degradação, e segundo o Presidente da Junta de Freguesia de Tuíás, tal resulta do facto de o mesmo ter sido construído em cima de uma linha de água. O Senhor Presidente informou que determinou aos serviços da Câmara efectuar algumas obras para resolver a situação. -----

----- O Senhor Vereador Avelino Ferreira Torres interrompeu para referir que o Jardim-de-Infância de Vila Nova não está em cima de qualquer linha de água. -----

----- O Senhor Presidente entregou ainda aos Senhores Vereadores um dossier no qual se apresentam discriminados todos os processos judiciais em que a autarquia é parte e que aguardam resolução na justiça. O Senhor Presidente identificou cada um dos processos que são referidos no dossier,



referindo que a maioria dos processos existentes em tribunal transitou desde o mandato da Câmara Municipal do período entre 2001 e 2005. -----

----- De seguida o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores que a solicitassem. -----

----- O Senhor Vereador Ferreira Torres do MCFT, pediu a palavra para solicitar que as correcções às actas de reuniões da Câmara sejam efectuadas na própria acta a que se referem as correcções e não na acta seguinte, lamentando ainda a demora nos processos de indemnização e pediu a celeridade do Gabinete Jurídico nestes processos requeridos por cidadãos que accionaram a Câmara Municipal, mas que devido ao facto dos mesmos demorarem a ser despachados prejudicam os cidadãos entretanto lesados. Apresentou uma tomada de posição – **doc. 1 em anexo.**-----

----- Informou ainda o senhor Presidente que já reuniu com todos os elementos dos serviços jurídicos, a quem pediu para que os despachos manuscritos fossem legíveis, recomendando que os mesmos fossem produzidos no computador e assinados de forma perceptível. -----

----- O Senhor Presidente recomendou ao Senhor Vereador Ferreira Torres coerência, tendo em linha de conta as suas atitudes e factos comprovados no passado, ao tempo que o Senhor Vereador exerceu funções de Presidente de Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Vereador do PS, Dr. Artur Melo, solicitou a palavra para questionar o Senhor Presidente sobre a situação do Centro Escolar de Regoufe, na freguesia de Banho e Carvalhosa. -----



----- O Senhor Presidente informou que se trata da requalificação da Escola EB1 de Regoufe e não da construção de um Centro Escolar, cujo processo é do conhecimento do senhor Presidente da Junta. A necessidade obrigatória de adquirir um terreno contíguo, obrigou a Câmara Municipal a negociar a aquisição do referido terreno, cujos proprietários estavam disponíveis para o efeito, mas com a condição de adquirir um terreno de igual valia para permutar com o terreno, da sua propriedade, contíguo à Escola. Foi pedido pelo terreno a adquirir o preço de sessenta euros/metro quadrado, admitindo contudo os proprietários, baixar para cinquenta euros. Da parte da Câmara Municipal foi solicitado junto do Senhor Presidente da Junta, com laços familiares aos proprietários do referido terreno, para tentar um preço mais baixo e justo, uma vez que os valores são incomportáveis para os cofres da autarquia. A resposta do Senhor Presidente da Junta foi que os proprietários mantinham os valores, não abdicando dos cinquenta euros/metro quadrado. O Senhor Presidente informou que o valor é excessivo e apresentou como termo comparativo os valores pagos na freguesia de Sande, na aquisição de um terreno para a construção do seu Centro Escolar, que custou vinte e cinco euros/metro quadrado. -----

----- Face a estas contingências o Senhor Presidente informou que o problema não está resolvido. -----

----- Informou ainda o Senhor Presidente que a Câmara Municipal possui a "Carta Educativa" e que, de acordo com as possibilidades financeiras, iremos, gradualmente, executá-la, sendo que as maiores dificuldades se



preendem com a aquisição dos terrenos e também na autorização governamental para a contracção de empréstimos essenciais para que a autarquia disponha da sua quota financeira e assim possa concorrer igualmente aos fundos comunitários. -----

----- O Senhor Vereador do PS, Dr. Artur Melo, questionou a Câmara Municipal sobre a actividade da Comissão Municipal de Toponímia, pretendendo saber se esta trabalha por modo próprio ou se por indicação do Executivo. Colocou ainda uma questão relacionada com a freguesia de Tuías, cujo Presidente da Junta lhe terá referido um pedido ao qual a Câmara ainda não terá respondido. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que o trabalho essencial da Comissão Municipal de Toponímia é emitir pareceres que lhe são solicitados pela Câmara Municipal, sendo que os seus pareceres são consultivos, pois competirá sempre ao Executivo tomar a decisão final. -----

----- Informou ainda o Senhor Presidente que, neste momento, a Câmara Municipal já tem algumas situações, sendo que uma delas é relacionado com a freguesia de Tuías, mas também de Fornos e Torrão, que deverão ser remetidas, oportunamente, à Comissão Municipal de Toponímia para obter o seu parecer. -----

----- O Senhor Presidente informou ainda que gostava muito de dar nome de Carmen Miranda a uma das artérias da cidade, bem como o topónimo de "República", dado que este ano estamos a celebrar os 100 anos da República em Portugal, mas ainda não podemos apresentar essas propostas, por falta de artérias disponíveis na cidade para o efeito. Para



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 3
REALIZADA EM 11/02/2010

042V
Fls

além dos nomes atrás referenciados, deu conhecimento de um pedido da família Santos Silva, que alegando uma eventual doação de terreno onde se encontra o actual posto da GNR, gostariam de ver o seu nome inscrito na toponímia marcoense, preferencialmente na zona onde está o referido posto. -----

----- O Senhor Presidente referiu ainda que, no mandato anterior, foi criada uma Comissão com representantes da Câmara e Assembleia Municipal para analisar, em particular, os limites das freguesias da cidade do Marco de Canaveses. Esta Comissão não chegou a uma solução consensual, mantendo-se o processo em aberto. -----

----- O Senhor Vereador Ferreira Torres do MCFT esclareceu o modo como foram feitas as negociações, abordando as contrapartidas e discordando da vontade da família Santos Silva, alegando que não se tratou propriamente de uma doação, uma vez que houve contrapartidas. -----

----- O Senhor Vereador Eng. José Mota, pediu a palavra para complementar a informação do Senhor Presidente, para esclarecer a questão das divisões geográficas das freguesias e que tinha sido enviado um dossier a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, solicitando os respectivos pareceres sobre aquilo que cada um entendia sobre os limites geográficos da sua freguesia. Daqui resultou uma série de situações impensáveis, mas que foram reivindicados por cada presidente. O mais grave de todos é aquele que envolve as freguesias de Tuías, Fornos e São Nicolau. Desde então as freguesias de Tuías e Fornos, não se conseguem entender e particularmente a freguesia de Tuías não aceitou a proposta



sugerida pela maioria da Comissão. Apesar de todos os esforços já efectuados aquilo que vale é o que está publicado na "Carta Administrativa de Ordenamento do Território". -----

----- O Senhor Vereador Eng. José Mota, na qualidade de responsável pelo pelouro do ambiente prestou ainda esclarecimentos sobre o foco de poluição detectado no Rio Bufa, ao final da tarde de terça-feira, dia 9 de Fevereiro. O Senhor Vereador esclareceu que foram imediatamente tomadas todas as medidas tendentes a minimizar o impacto ambiental assim como alertadas as autoridades competentes. Durante o dia de quarta-feira o SEPNA, comunicou à Câmara Municipal a localização de um potencial foco de poluição que se concentra no lugar de Agrela em Vila Boa de Quires, referindo contudo que tal facto não consubstancia uma relação de causa/efeito no caso detectado na última terça-feira, admitindo apenas que podia ser aquele local detectado, tendo em conta uma possível existência de uma fossa colectiva das unidades industriais situada num campo de um industrial, construída há cerca de 20 anos, por altura da pavimentação da EN 211, entre Casais Novos e o Marco de Canaveses, local para onde confluíam todas as unidades da zona, que por sua vez descarrega directamente para o Rio Bufa. Em razão destes factos solicitou o Senhor Vereador Eng. José Mota informação ao Senhor Vereador Ferreira Torres sobre o que conhece do assunto. -----

----- O Senhor Vereador Ferreira Torres do Movimento Marco Confiante esclareceu que conhecia a existência de uma grande fossa num local situado por detrás da Fábrica Inarbel, construída com verbas dividida pelos



industriais da zona. Segundo o conhecimento que tem tratava-se de uma solução de uma fossa céptica, que teria que ser despejada assiduamente. Afirmou que a mesma fossa nunca foi da responsabilidade da Câmara Municipal, que na altura apenas colaborou com a cedência de máquinas. ---

----- Como mais nenhum Vereador solicitou a palavra, o Senhor Presidente propôs que se passasse à ordem de trabalhos, pedindo para acrescentar mais um ponto à já referida ordem de trabalhos: -----

----- a) Processo de Averiguações nº3/2008 (Lixeira de Avesadas. -----

----- Por unanimidade, todos os Vereadores concordaram com a introdução deste ponto na ordem de trabalhos. -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

1. Aprovação da acta da reunião anterior. -----

O Senhor Vereador Ferreira Torres do MCFT, solicitou a palavra para pedir alteração de algumas situações pontuais. -----

O Senhor Presidente esclareceu que já solicitou informações aos serviços e que, em relação ao assunto da estrutura do Restaurante Via Appia, os proprietários do restaurante já foram notificados para o retirar, sendo que a mesma estrutura estava licenciada até final do ano de 2009, e que não tinha sido efectuado qualquer pagamento de taxa relativo a 2010. Mais informou ainda, o Senhor Presidente, que sobre a estrutura do Max Mat, situada na Avenida dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses, já foi notificada a empresa para que a mesma seja retirada. -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo do PS começando por afirmar: "Vou ser um bocado extenso, porque esta acta vai merecer da minha parte uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 3
REALIZADA EM 11/02/2010**

044
Fis

declaração de voto. Sempre que eu digo alguma coisa, o Senhor tem o hábito de me atacar pessoalmente. Quem ler a notícia que saiu no Jornal de Notícias sobre a questão do lixo, o senhor diz que eu não percebo nada de contratos públicos, não sei o que estou a dizer! Na última reunião da Câmara o senhor teceu considerações sobre a minha pessoa, que foram acintosas para a minha pessoa e quem for ler a acta, vai ficar com a noção de que o Vereador do PS, com o devido respeito é um palerma, porque é um indivíduo que não lê, é um indivíduo que não sabe, é um indivíduo que tem que tornar a ler, é um indivíduo que tem que tornar a saber, é um indivíduo que tem que saber alguma coisa para estar aqui comigo nestas reuniões. -----

Eu já lhe disse e digo aqui frontalmente, que eu não aceito que o Senhor me faça ataques pessoais. O Senhor discute comigo, como todos os que aqui estão, no plano político e se não tem argumentos políticos, então não diga nada. Agora para estar aqui a dizer coisas como o senhor diz, que o Vereador do PS tem que fazer uma leitura mais atenta, de modo a perceber a legislação, tem mais uma vez que saber ler a legislação, o Senhor tem mais uma vez que saber fazer isto... Isto são puros ataques, assim como são afirmações que visam o achincalhamento com o intuito, como é perfeitamente explícito de me apoucar... O Senhor entendeu apoucar-me, e isso eu não aceito, porque eu estou aqui, fui eleito pelos Marcoenses como o Senhor foi, e o Senhor vai ter que conviver comigo durante 4 anos. Eu estou aqui com toda a dignidade e todo o respeito por todos os que aqui estão, e já lhe disse que do ponto de vista institucional, estou aqui solidário



com este executivo. -----

Também acho que não é bom eu estar a falar para si e o Senhor estar a escrever..." -----

O Senhor Presidente interrompeu para afirmar: " Eu estou a tomar notas para lhe poder responder. O Senhor vai-me desculpar, mas agora não posso tirar notas? O Senhor Vereador também tira as suas notas quando estou a falar, ainda há pouco estava a fazê-lo... Mas isso o que é que é, ataque pessoal ou político?" -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo respondeu; "É que eu estou a falar e o Senhor está a escrever..." -----

O Senhor Presidente respondeu: "Já lhe disse que estou a tomar notas para depois lhe responder." -----

O Senhor Vereador Artur Melo retoma a sua intervenção afirmando; "O que eu lhe quero dizer é que vou fazer uma declaração de voto. Eu estou aqui para cumprir o meu mandato, politicamente de uma maneira institucional, correcta e digna, e não aceito que uma acta do executivo do meu município transcreva estas considerações pessoais, cujo fim único é o achincalhamento e o apoucamento do Vereador do Partido Socialista. É a minha declaração de voto contra esta acta. Eu aqui peço desculpa, que eu não englobo a sua chefe de gabinete. Estamos aqui a tratar a nível político, não é com a chefe de gabinete, não sei se é ela que faz as actas ou deixa de fazer. Agora, as questões que eu coloco merecem duas linhas, as respostas que o Senhor dá merecem páginas! E, por exemplo, no caso concreto da questão da água, eu disse-lhe que tinha uma informação



diferente que é dos 30 milhões, da indemnização cível, até falei exaustivamente sobre isso, e o senhor imprime: O Artur Melo pede informações sobre isto, e depois há aqui uma série de páginas, não sei quantas são, que falam o senhor Presidente da Câmara, fala o senhor Engenheiro Mota... e a essência da minha intervenção morreu. Parece que eu só pedi explicações, não tenho mais nada a dizer sobre o assunto concreto. -----

Eu escrevi em acta e disse que sempre que houver altercações entre o senhor vereador Ferreira Torres e o Senhor Presidente, eu saio da sala e eu saí da sala, e isso não está aqui." -----

Neste momento o senhor Presidente interrompeu para afirmar; "Desculpe, mas quando interrompi a reunião, o Senhor Vereador ainda estava no salão nobre." -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo afirmou: "Fica aqui uma declaração de voto que resume aquilo que eu acabei de dizer. Da minha parte não aceito e exijo ser tratado com toda a dignidade, como eu trato o Senhor, como eu trato qualquer grupo." -----

O Senhor Presidente informou o Senhor Vereador Artur Melo que lhe ia responder de forma clara: " Em primeiro lugar eu tenho o direito de fazer as considerações de carácter político sobre aquilo que são as suas apreciações políticas sobre a nossa conduta e a nossa praxis política, que é aqui na Câmara Municipal, e o Senhor não nos tem poupado e até tem insinuado, para não dizer afirmado, que efectivamente parece que somos iguais ao Senhor Ferreira Torres. Já dizia isso na campanha eleitoral, que nós éramos



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 3
REALIZADA EM 11/02/2010**

0451

Fis

Dupond e Dupont, ou a outra face da moeda do Senhor Avelino Ferreira Torres. Ora eu não sou a outra face da moeda do Senhor Ferreira Torres! Até lhe devo dizer, sinto que o Senhor Vereador Artur Melo é que é essa outra face da moeda do Senhor Ferreira Torres neste mandato, pela forma como tem votado, de forma tão coincidente e até têm subscrito declarações de voto em conjunto. E por isso não fiz nenhum ataque pessoal! Fiz em relação às suas considerações sobre as nossas propostas, sobre as nossas decisões, sobre aquilo que achava, que era naturalmente da minha parte a minha justa avaliação e o que se me oferecia dizer. Por isso não fiz com intenção de achincalhar, não o fiz com intenção de apoucar. Fiz apenas com a intenção de refutar considerações que põem em causa a nossa honorabilidade intelectual e política, a propósito da questão da FOCSA e a propósito da contratação de pessoal, etc, que nós tratamos com seriedade. Eu e o Senhor Vice-presidente da Câmara, Eng. José Mota, explicamos porque é que por vezes temos tomado, no limite da lei - até utilizámos a expressão "limite da lei" - as contratações de algum pessoal para fazer face ao funcionamento dos nossos estabelecimentos de ensino, porque não queremos que as nossas escolas deixem de funcionar. Aconselhamos também o Senhor Vereador Artur Melo a ler com mais atenção a legislação em vigor a propósito da contratação pública, uma vez que o Senhor Vereador até mostrou desinformação ou ignorância sobre a matéria. Mas eu não usei sequer a expressão na altura de ignorância, disse, que revelava falta de leitura, ou alguma ingenuidade. O Senhor vê isto, meu Deus, nomeadamente no debate político nacional! Desculpe, nesse aspecto,



dentro daquilo que é o debate político normal, o contraditório político é a essência da democracia. E também não é agradável, porque isto não é só agora nas reuniões da Câmara Municipal, porque isto já vem detrás, a forma como o Senhor Vereador tenta ver se nos cola exactamente ao passado, quando nós queremos ser homens do presente e com olhos no futuro e mudar a atitude, o paradigma. Por isso, não é justo porque isso não tem adesão à nossa pele política e à nossa praxis política, o que o Senhor Vereador e alguns dos seus camaradas do partido têm efectivamente tentado fazer. De resto, ainda agora, veja a propósito de: Há um novo blogue na nossa terra chamado "Marcoense como nós", identificado com o PS, que ainda a propósito da providência cautelar que eu li e li com indignação - tenho que dizer com sinceridade, não leio permanentemente a blogosfera, mas leio periodicamente - a dizer que eu considero um feriado, um dia útil! Quando eu nunca disse isso na Assembleia Municipal. Nós convocámos a reunião de Câmara no dia 7 de Dezembro, que foi uma segunda-feira, como sempre fazemos para quinta-feira, que era dia 10, sabendo que naquele caso havia o feriado do dia 8 de Dezembro, que era feriado nacional. Mas não disse que um feriado nacional é dia útil e acrescentei que tinha solicitado um parecer aos serviços jurídicos e consultado outras Câmaras Municipais da região e até a Associação de Técnicos Municipais, que nos disseram que a interpretação de dois dias úteis correspondia a 48 horas. É controverso? Admito que sim, na altura fizemos as consultas que nos foi possível e deram-nos essa informação e com base no parecer dos serviços jurídicos da Câmara Municipal decidimos



fazer a reunião de Câmara no dia 10 de Dezembro. Foi isso que eu disse! Não disse de outro modo, em lado nenhum, nem na Assembleia Municipal. E depois, foi logo feito o comentário que eu tinha dito que um feriado era um dia útil. -----

E depois diz ainda uma coisa pior: que eu estou a gastar o dinheiro dos contribuintes para pôr processos desta natureza! Ora, eu não pus nenhum processo. Quem colocou a providência cautelar sobre a reunião de Câmara do dia 10 de Dezembro, nomeadamente no Tribunal de Penafiel, foi o Senhor Ferreira Torres. Claro, que obrigatoriamente a Câmara Municipal apresentou uma resolução fundamentada e deduziu oposição à providência cautelar através, naturalmente, dos seus colaboradores jurídicos. Não fui eu que quis gastar o dinheiro de erário público.” -----

Nesta altura o Senhor Vereador Dr. Artur Melo do PS, interrompeu, para afirmar: “Não sei o que é que isso tem a ver com esta acta.” -----

O senhor Presidente continuou a sua intervenção afirmando: “Tem a ver com aquilo com que o Senhor Vereador e os seus camaradas de partido me acusam e depois diz-me que sou eu que estou a fazer ataques pessoais. Quem tem sido o alvo de ataques políticos pessoais sou eu, e é isso que se tem visto e naturalmente também não sou insensível. Sou um ser humano como o Senhor. E porque me conheço, porque sei que sou uma pessoa bem formada e sou intelectualmente honesto, e quero-o ser em todos os planos, não é bom ser posto ao mesmo nível de quem nos antecedeu. Eu e os meus pares como é óbvio. Isso eu não aceito. Por isso é que eu me sinto ofendido. Por isso, o Senhor Vereador Artur Melo não tente inverter o ónus



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 3
REALIZADA EM 11/02/2010

047
Fis

de prova, porque não é justo que assim seja. Porque o Senhor Vereador coloca um conjunto de questões apenas para dizer que nós não estamos a proceder dentro da lei. Ora isto não é agradável, porque nós não somos uns foras-da-lei. É isso que o Senhor Vereador diz de nós. -----

Depois diz que estou a fazer ataques de carácter pessoal. Não! Estou a fazer considerações de carácter político. Estou no meu direito a exercer o contraditório político e democrático. -----

Porque o Senhor, a propósito das nossas deliberações, quer tudo devidamente cabimentado. É obvio que nós temos esse princípio, queremos as coisas cabimentadas, mas também temos que ver que estamos numa Câmara Municipal com dificuldades financeiras reais e temos um contrato de reequilíbrio financeiro que nos condiciona muito. -----

Há uma coisa que é real: Tudo o que pagamos, tudo o que atribuímos como subsídios já sabemos que tem que ser cabimentado. Eu sei que há uma coisa que o Senhor não gosta que lhe recordem, mas tenho que lhe dizer, de novo: É preciso ser coerente com o nosso passado no presente. De facto, para quem esteve, como Vereador, na Câmara Municipal no último mandato da presidência do Senhor Ferreira Torres de 2001/2005 e votou três milhões e meio de euros de subsídios nas duas últimas reuniões de Câmara Municipal de 17 de Setembro e de 6 de Outubro de 2005, a três dias das eleições autárquicas, que se realizaram a 9 de Outubro, sem ter a respectiva cabimentação - e é por isso que ainda vou para o tribunal na próxima segunda-feira - pergunto que autoridade moral tem o Senhor Vereador Artur Melo para colocar em causa as cabimentações." -----



O Senhor Vereador Dr. Artur Melo do PS interrompeu para afirmar: "Tenho autoridade moral porque o senhor faz exactamente o mesmo!" -----

O Senhor Presidente retoma a palavra para prosseguir a sua intervenção: " Mas há outra coisa que eu também lhe quero dizer Senhor Vereador: O Senhor tem visto aqui nas nossas reuniões o actual Presidente da Câmara, a ser altamente insultado pelo Senhor Vereador Ferreira Torres, com afirmações gravíssimas e eu ainda não ouvi e vi o Senhor Vereador Artur Melo vir em minha defesa. O Senhor acha que eu não sou insultado? Sou muito bem tratado? -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo do PS interveio afirmando: "Senhor Presidente leia a acta da primeira reunião pública de Câmara e quando foi o caso da providência cautelar, e confirme a minha posição em que afirmo mesmo que passava por cima dessas questões." -----

O Presidente retoma a palavra, " O Senhor Vereador Dr. Artur Melo veja a própria situação em que a bancada do PS na Assembleia Municipal nos acusa de termos feito um mau plano anti-corrupção. Senhor Vereador, comparativamente com os planos de outras Câmara Municipais aqui da região o nosso já foi elogiado, como um dos melhores. Os Senhores contudo passam à frente e só estão preocupados com a qualidade, mas olhe que aí temos que olhar mais para cima, porque estamos em Portugal e não somos uma ilha isolada! Fazemos parte do mesmo país e eu quero ser diferente." -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo, volta a interromper para afirmar; "Concordo que fazemos parte do mesmo país e peço que me respeite!" -----



O Senhor Presidente da Câmara afirmou; "Também o Senhor Vereador tem que me respeitar". -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo volta a interromper para afirmar: Eu só quero alertar para o facto de ter dito duas incorrecções a primeira: Eu nunca lhe chamei de Dupond e Dupont". -----

O Senhor Presidente afirma: "Não! Eu usei apenas a expressão para colocar comparativamente, porque aliás são os seus próprios camaradas que afirmavam que a sua estratégia era fazer esse tipo de comparações." -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo volta a interromper para afirmar: " A segunda incorrecção: As declarações de voto do Partido Socialista, produzidas nesta Câmara, foram sempre da responsabilidade do Partido Socialista. Nunca foram feitas em conjunto com nenhum outro Vereador deste órgão. Foram sempre feitas da minha responsabilidade." -----

O Senhor Presidente retoma a sua defesa afirmando; "Queria concluir para dizer que o Senhor fez um comunicado na qualidade de Vereador da Câmara Municipal - não pôs lá: Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista... também devia ter posto - que também nos responsabiliza mais sobre a questão da FOCSA, sobre a questão da recolha de resíduos sólidos urbanos, com um conjunto de declarações, de insinuações, de distates autênticos sobre este processo, que foi parar ao jornal "A Verdade", que entrou em contacto com o senhor Vice-presidente para lhe pedir um comentário. E ele respondeu; «Mas eu não posso comentar aquilo que desconheço!», porque não conhecia nenhum comunicado, uma vez que não chegou à Câmara Municipal. O comunicado



do Senhor Vereador do PS fazia uma crítica contundente à Câmara Municipal e por isso não deveria ter mandado só para o jornal "A Verdade", mas também o deveria ter mandado para a Câmara para o conhecermos. Porque o jornal "A Verdade" quis a nossa resposta ao mesmo. Entretanto pedimos ao jornal "A Verdade" para nos fazer chegar cópia do referido comunicado e naturalmente respondemos. Respondemos da forma mais completa possível, exactamente para demonstrar como o Senhor Vereador Artur Melo estava errado nas suas apreciações políticas e nas suas análises, a propósito das quais desconhece a lei ou às vezes dá jeito desconhecer a lei, pois já deve ter tido, entretanto algum apoio nesse plano jurídico-financeiro. -----

Por isso respondemos e isso acabou por vir mais tarde no jornal "A Verdade". Entretanto, e eu até pensei que o assunto já estava requeitado porque o comunicado tinha data de 6 de Janeiro, o Engenheiro José Mota foi contactado no dia 12, se não estou em erro, por isso, uma semana depois, com um pedido do jornal "A Verdade", para comentar. E já passado quase um mês, ligou-me o correspondente do Jornal de Noticias aqui na região – o António Orlando – a pedir também que eu comentasse, o seu comunicado, e eu disse: "Mas então esse assunto já não está requeitado. Já tem quase um mês. Então ainda vamos falar sobre este assunto? Ao que ele me respondeu: «Não, mas eu tenho agora aqui o comunicado do Vereador do PS e queria um comentário da Câmara». Ao que eu respondi, que iria mandar exactamente o mesmo comunicado-resposta que mandei para o jornal "A Verdade", quando nós tomamos conhecimento do mesmo.



E é aquilo que veio, em parte, no Jornal de Notícias, quase um mês depois de o Senhor Vereador ter tomado a iniciativa do comunicado. O Senhor Vereador, sobre o concurso de adjudicação da recolha dos resíduos sólidos urbanos à Focsa, já falou aqui, já tinha exposto aqui o seu ponto de vista, já tínhamos feito o contraditório." -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo interrompe para afirmar: "Um dia qualquer quando aqui se falou do lixo, o Senhor disse: «Lá está o Senhor a fazer o seu número!» Eu disse ao senhor: - agora com o lixo é que eu vou fazer o meu número. Eu disse-lhe que o ia fazer, e isso está gravado. O lixo, Senhor Presidente, é um assunto o que vos queima nas vossas mãos, o Senhor até diz que vos queima e é um facto, que a FOCSA baixou quatro mil e quinhentos euros e o senhor diz que não baixou." -----

O Senhor Presidente afirmou: "Não baixou nada!" -----

O Senhor Engenheiro José Mota pede a palavra para afirmar: "O processo dos lixos, que decorre desde o mandato anterior, foi sempre conduzido como todos os contratos pelo Vereador com o pelouro financeiro. Está tudo escrito. -----

O Senhor Presidente referiu "O Senhor Vereador Artur Melo sabe muito bem, porque até teve um telefonema do Dr. Bento Marinho, seu amigo pessoal, a explicar-lhe este assunto." -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo, voltou a interromper para fazer uma afirmação: "O Senhor tem razão! Os Senhores são muito parecidos!" -----

O Senhor Vereador Eng. José Mota, pergunta: "Posso acabar? Está esclarecido? Todo o processo de condução do concurso dos resíduos sólidos



urbanos foi assumido durante o mandato anterior, que seria da competência do Dr. Bento Marinho, sendo a condução do processo das Águas do Marco conduzido por mim. Está esclarecido? É que uma coisa é nós concordamos ou discordarmos – admito que tu discordes - outra coisa, é saber se é legítimo que nós decidamos desta maneira. -----

Porque é que não está lá a minha assinatura? A razão é muito simples, é que no executivo anterior, tal como neste somos quatro pessoas do lado da maioria e entre nós dividimos um conjunto de tarefas. É perfeitamente legítimo – somos nós a decidir. -----

Segunda questão: A questão da verba dos resíduos sólidos urbanos: O que está em causa naquele valor, o tal valor que nós indicamos, é o limite máximo, que é calculado em função de termos de oscilação ao longo do ano, dos resíduos que são recolhidos, porque de facto a prestação de serviços que é feita, é uma prestação de serviços que é indexada a quantidades e tem custos unitários. E, portanto como há oscilação do longo do ano de quantidade de resíduos, aquilo que a empresa nos factura é baseada num controlo de pesagens à entrada e à saída do aterro sanitário dos camiões que descarregam. E portanto é aferido pelos talões do proprietário do aterro sanitário que é agora a RESINORTE, que emite para a tonelagem dos resíduos que são recolhidos. Portanto aquele valor é um valor máximo. Mensalmente, a factura é sempre diferente, porque é aferida a um valor unitário à tonelada e portanto a questão é tão simples como essa. -----

Portanto o que ali está é a definição de um valor máximo e portanto a



M
050

empresa depois vem concorrer e apresenta um custo que é o mesmo que apresentava antes". -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo, interveio para afirmar: " A proposta que veio à reunião de Câmara foi: Vamos adjudicar à empresa tal, por ajuste directo, pelo valor tal e pelo tempo tal. Lá não diz valor máximo nenhum."

O Senhor Presidente intervém para afirmar: "O Senhor não sabe, e diz que nem quer saber, e por isso faz uma acusação grave, pois o Senhor não sabe, nem quer saber... Isso é que é lamentável!" -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo, intervém: "Senhor Presidente eu estou a basear-me no que dizem os documentos, e o Vereador está a dar-me uma explicação diferente e tardia". -----

O Senhor Presidente, afirmou: "Ó senhor Vereador Dr. Artur Melo temos que ser sérios e falar com verdade!" -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo interrompeu para fazer uma afirmação dirigida ao Senhor Vice-presidente em que afirma que a suspensão de mandato ao tempo de Vereador no anterior mandato foi ridícula. -----

O senhor Vereador Eng. José Mota afirmou: " Não sabes o que dizes. Eu suspendi o mandato porque nesse contexto estava apenas a ser ouvido com o depoimento de parte, de outra forma aquilo que dissesse só podia incriminar a Câmara." -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo voltou a usar da palavra para afirmar: "Eu só quero dizer uma coisa, que é uma incorrecção relativamente ao código de contratos públicos. O contrato tem que ter uma certidão de registo. Porque o senhor disse: Se não estiver nós não assinamos o



contrato. Foi o senhor que o disse..." -----

O Senhor Presidente voltou a intervir para dirigir-se ao Senhor vereador Dr. Artur Melo; " O Senhor tem o hábito de não assinar os documentos. Por favor assine a declaração de voto que apresentou." -----

O Senhor Vereador Ferreira Torres pediu a palavra para afirmar: " O Senhor Presidente foi injusto na apreciação que fez, que nós votávamos coligados."

O Senhor Presidente respondeu: " Não estão coligados, só coincidem em muitas posições." -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo, afirmou: "O senhor afirmou que fazíamos declarações de voto conjuntas." -----

O Senhor Presidente intervém: "Como também fomos acusados por si que somos a sua outra face de Ferreira Torres..." -----

O Senhor Vereador Ferreira Torres afirma; "A campanha eleitoral terminou na noite do dia 9 de Outubro." -----

O Senhor Presidente respondeu:"Não é verdade porque os Senhores Vereadores é que continuam a campanha eleitoral. O respeito não é só nas palavras é na acção e na análise que fazem da nossa conduta. O Senhor Vereador Dr. Artur Melo, sabe que, aquando da inauguração do bar do Marco/09, falámos sobre a emissão de um comunicado da campanha eleitoral do PS, na freguesia de Alpendorada e Matos, sobre a questão da conclusão do Estádio Municipal em Alpendorada, com algumas afirmações lamentáveis e irresponsáveis que punham em causa a nossa acção e intenção. O Senhor não é mais honesto do que eu! Que somos humanos e capazes de cometer erros é um facto, mas prejudicar qualquer pessoa ou



instituição de forma propositada não o fazemos. -----

Conheço-me há muitos anos e tenho uma opinião correcta daquilo que quero fazer e pena é que não possamos fazer tudo aquilo que queremos para o Marco de Canaveses. Só fazemos aquilo que podemos e como já disse o Vereador José Mota, às vezes no limite da lei, para poder corresponder às necessidades da nossa terra. Eu vim para tentar ajudar a fazer e tínhamos muito para fazer, pena é termos muitas condicionantes... Se fosse por si o concelho parava, paravam as escolas, as piscinas, parava tudo! -----

Gostava de o ver aqui. É bom não esquecer que infelizmente estamos muito condicionados para o futuro. -----

Presente a acta da reunião anterior, a qual, depois de lida, foi aprovada por maioria com o voto contra do Senhor Vereador do PS que apresentou declaração de voto – doc. 2 em anexo. -----

2. Balancete de Tesouraria de 10/Fevereiro/2010. Foi apreciado o balancete da tesouraria de 10 de Fevereiro de dois mil e dez, onde se constatou que havia um saldo de € 407.307,09 (*quatrocentos e sete mil, trezentos e sete euros e nove cêntimos*) de Operações Orçamentais e € 961.215,81 (*novecentos e sessenta e um mil, duzentos e quinze euros e oitenta e um cêntimos*) de Operações Não Orçamentais. -----

Tomado Conhecimento. -----

Depois a Câmara passou a ocupar-se do seguinte expediente: -----

3. Concurso "A minha sacola da República". Presente o regulamento do concurso mencionado. -----



O Senhor Presidente esclareceu que esta iniciativa se integra no âmbito das comemorações do centenário da República, e que a mesma tem por principais destinatários todas as escolas do concelho. -----

Deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento do Concurso "A minha sacola da República". -----

4. III Concurso Fotográfico "Marcos do Marco". Presente o regulamento do concurso mencionado. -----

O Senhor Presidente explicou que este concurso se integra nas celebrações do aniversário do concelho. -----

Deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento do Concurso Fotográfico "Marcos do Marco". -----

5. IV Encontro de Poetas e Prosadores Marcoenses. Presente o regulamento do Encontro mencionado. -----

Deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento do IV Encontro de Poetas e Prosadores Marcoenses. -----

6. Prémio Carmen Miranda. Presente o regulamento do Prémio mencionado. -----

Deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento do Prémio Carmen Miranda. -----

7. Destaque de Parcela. Requerente: Adosinda de Oliveira Santos Sousa. Local: Tapado - Alpendorada e Matos. Presente o requerimento em que a referida requerente solicita certidão comprovativa que o destaque de parcela de terreno com a área de 1601 m² está, nos termos do nº 4 do artigo 6º do DL 555/99, de 16.12, dispensada de licenciamento ou



autorização. -----

Face ao teor da informação técnica, deliberado por unanimidade certificar nos termos do nº. 9 do artigo 6º do mesmo diploma. -----

8. Destaque de Parcela. Requerente: Carlos André dos Santos Moreira e Andreia dos Santos Moreira. Local: Carrais - Ariz. Presente o requerimento em que o referido requerente solicita certidão comprovativa que o destaque de parcela de terreno com a área de 1400 m2 está, nos termos do nº 4 do artigo 6º do DL 555/99, de 16.12, dispensada de licenciamento ou autorização. -----

Face ao teor da informação técnica, deliberado por unanimidade certificar nos termos do nº. 9 do artigo 6º do mesmo diploma. -----

9. Destaque de Parcela. Requerente: Adriano Fernandes de Sousa. Local: Tapado – Alpendorada e Matos. Presente o requerimento em que o referido requerente solicita certidão comprovativa que o destaque de parcela de terreno com a área de 1290 m2 está, nos termos do nº 4 do artigo 6º do DL 555/99, de 16.12, dispensada de licenciamento ou autorização. -----

Face ao teor da informação técnica, deliberado por unanimidade certificar nos termos do nº. 9 do artigo 6º do mesmo diploma. -----

-----PONTOS A ACRESCENTAR À ORDEM DE TRABALHOS -----

10. Processo de Averiguações nº3/2008 (Lixeira de Avedas). Presente adenda ao relatório anterior sobre o mesmo processo. -----
O Senhor Presidente explicou o teor do processo, que depois de inquiridas as diversas testemunhas, entende que o lesado deve ser indemnizado. -----



O senhor Vereador Ferreira Torres pediu para intervir para informar que irá votar a favor, mas que irá produzir uma declaração de voto, por estar contra quem deu indicação das testemunhas. -----

Deliberado por unanimidade, com declaração de voto do Senhor Vereador do MCFT – doc. 3 em anexo - indemnizar o queixoso, Joaquim Silva Moreira, no valor de 2.592,00 euros. -----

-----APROVAÇÃO DE ACTA EM MINUTA-----

E nada mais havendo a tratar, quando eram dezoito horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 92º da Lei 169/99. E eu, Fernanda Eugenia Pereira Neves da Fonseca Araújo, Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, a subscrevi e assino. *Fernanda Araújo* -----

_____ **O Presidente da Câmara Municipal** _____

Manuel Moreira

_____ **Manuel Moreira, Dr.** _____

